

Islamismo e Estado

Hugo Hortêncio de Aguiar

Sumário

1. Introdução. 2. Expansão e conquistas. 3. O direito. 4. O Estado. 5. Conclusão.

1. Introdução

A única fonte que esclarece o complexo problema da etnia árabe é o Antigo Testamento.

Por mais que procuremos indicações sobre o assunto em pesquisas realizadas por organismos categorizados, vamos terminar fatalmente rendidos à narrativa bíblica, surpreendentemente coerente com a História Antiga dos povos do Oriente Médio.

Assim, de acordo com a Bíblia, Abraão gerou um filho com Hagar, escrava egípcia, chamado Ismael e, com Sara, sua esposa legítima, um outro filho chamado Isac, o qual foi pai de Jacob (mais tarde chamado Israel), que, por sua vez, gerou 13 filhos (12 homens, que deram origem às 12 tribos de Israel, e uma mulher).

Abraão, a pedido de Sara, expulsou Hagar e Ismael, sendo este último a origem da raça árabe, distribuída ao Sul da então Terra de Canaã (daí o nome de *cananeus*), que mais tarde seria chamada Palestina, e que principalmente habitou a Península hoje chamada Arábica.

Não há outra solução histórica até prova em contrário.

Os árabes, da genealogia de Abraão e descendentes de *Sem*, são por essa razão legitimamente *semitas*, não cabendo mais dis-

Hugo Hortêncio de Aguiar é coronel reformado do Exército e professor de línguas e história no âmbito do Médio Oriente.

cussão sobre isso. O que é muito discutido é o conceito judaico de que os judeus, que têm sua origem em Isac, filho *ortodoxo*, e da linhagem de Judá, constituem o Povo Eleito (de Deus), enquanto os árabes, também da genealogia de Abraão, têm sua origem em Ismael, filho dito *bastardo*. Eis, aí, com origem remota, uma divergência tradicional entre as duas etnias. De passagem, queremos lembrar aos leitores que Jesus de Nazaré, cujos dois mil anos (na verdade dois mil e seis ou dois mil e sete) de nascimento estamos comemorando com fé e entusiasmo, era um autêntico judeu da linhagem de Judá, embora o seu conceito de Povo de Deus tenha sido o de abrangência a todos os povos e raças. Mas isso não é assunto para este artigo.

O que mais interessa mesmo é que os descendentes de Ismael se estabeleceram na Península Arábica a partir do século XVII antes de Cristo, ajustando-se às difíceis condições de vida da região.

Em todas as áreas da península predominava desde o início o regime monárquico hereditário, autoritário, às vezes com predominância *religiosa*, às vezes *leiga*, e no deserto, os *beduínos*, com regime tribal, não menos autoritário.

Havia entre os habitantes crenças primitivas, semelhantes às de outros povos semíticos, com base no animismo, adorando astros e objetos de todos os tipos.

As tribos adoravam várias divindades, como também demônios, que lutavam contra os deuses.

O termo *Alá* significava “deus”, mas para qualquer divindade. Havia também “deusas”.

A tribo Coreichita, que dominava a região da atual Meca, considerava Alá o seu “Deus”, mas com uma diferença: ele era o único, a divindade suprema, acima de todas as “deusas”.

Havia também símbolos religiosos, como a Caaba, (o nome vem de *cubo*, sua forma) e outros mais, de tempos imemoriais, lendários, com peregrinações tradicionais.

A própria Caaba era muito antiga e fazia referências a Abraão, um símbolo do monoteísmo.

Assim, apesar da variada liturgia, já havia uma tendência monoteísta na região onde Maomé nasceu e entrou em ação, por volta dos 610 anos depois de Cristo.

O aproveitamento dessa tendência e a condenação do animismo tradicional constituíram a base do Islamismo a que o profeta acrescentou a reprovção total e severa de todas as transgressões morais que abundavam na península.

Tal foi a proeminência que Maomé, em sua proclamação inicial, deu ao absolutismo total, único, universal de Alá que a nova religião foi chamada de Islã, isto é, “submissão a Deus”. O adepto é o *muslim* ou *muçulmano* (o *mu* indica, em árabe, o autor da ação).

Não vamos acompanhar a vida tumultuada de Maomé, nem também descrever o Corão, Bíblia dos muçulmanos, pois no Brasil há centenas de publicações de belo feitio, esclarecendo o assunto. Vamos dar atenção aos aspectos que nos ajudem a compreender os atuais Estados muçulmanos, particularmente os árabes, no conturbado momento internacional que atravessamos.

As revelações que Maomé proclamou, de essência moral puríssima, ensejaram, contudo, uma compilação desordenada¹. Se procurarmos no Corão uma ordem dogmática ou um código de preceitos de direito, vamos chegar à conclusão de uma grande falta de planificação e ordem lógica devida a diversos fatores:

- 1) as revelações eram fragmentadas;
- 2) as revelações eram memorizadas pelo profeta e nem sempre copiadas;
- 3) o material usado para a escrita era precário e variado;
- 4) não havia, na época, “mentalidade” de gravar para a posteridade;
- 5) a estrutura da língua árabe, que possui 3.276 raízes tri-literais (3 consoantes), e cuja vocalização veio muito mais tarde, dando origem a traduções diversas, fenômeno

gramatical esse comum a todos os idiomas semíticos no aspecto da vocalização;

6) a compilação e a redação do Corão, feitas por Otmã, califa genro de Maomé, aceitas oficialmente, contêm muitas divergências².

Com a morte de Maomé (632 DC), e em consequência de um fracasso militar e de um assassinato na dinastia familiar, houve cisões no Islã, sendo a principal a dos “chiitas” (“chi’á” quer dizer *partido*), que representam a tradição hereditária da família do profeta no poder. Os que preconizam a sucessão fora do bloco familiar, a maioria, são os “sunitas”, pois “suná” quer dizer fundamento, sentença do Islã³.

A fundação do Islã, a expansão árabe, a manutenção no poder e a conquista dos países arabizados, tudo foi feito à custa de intensos combates e de campanhas militares, e as razões do sucesso desse espírito guerreiro são as que veremos a seguir.

2. Expansão e conquistas

A expansão árabe, forçada inicialmente pelas péssimas condições de vida na península, teve na verdade várias outras causas que são aceitas pela quase totalidade dos autores como:

- a) religiosas;
- b) econômicas;
- c) militares;
- d) afinidade racial;
- e) fraqueza dos adversários; e
- f) a atitude dos conquistadores para com os povos conquistados.

Vamos selecionar apenas alguns aspectos que influíram decisivamente na estruturação dos estados árabes. Embora alguns autores sejam de opinião que os adeptos de Maomé, conhecedores do Islã, eram em pequeno número e que a tropa combatente era constituída quase que de beduínos, a maioria acredita que, pela simplicidade do Islã, esses beduínos tinham uma noção exata da vontade do profeta de levá-los ao combate, para trazer o mundo todo para o reino de

Alá, que os premiaria, caso morressem pela causa, com o paraíso. Maomé teria dito “ide e combatei”. Eles, os beduínos, fizeram-no muito bem, porque quase sempre combateram em áreas próximas a desertos, ou nos próprios desertos, em que eles eram mestres na arte de guerrear.

Conquanto a expansão árabe tenha sido uma vitoriosa campanha militar, somos forçados a reconhecer que foi realizada contra povos conjunturalmente enfraquecidos, **po- bresede cultura limitada** aos seus pequenos núcleos. O único país da chamada cultura ocidental conquistado em parte pelos árabes foi a Espanha, onde permaneceram por significativo período, mas lá não se mantiveram. Assim, a expansão árabe, cujo sucesso se deve a várias causas, foi feita em princípio pela conquista bélica, seguida imediatamente pela imposição do Islã como religião oficial da nação conquistada, embora tenha havido, quase sempre, uma grande tolerância para com as minorias de outras seitas.

3. O direito

Nos países muçulmanos e, particularmente, nos países árabes, o *direito* é originalmente *divino*, já que a “Lei” foi revelada a Maomé e tem um caráter muito especial, diferente das nossas leis ocidentais. A lei, nos países islâmicos, tanto atende às necessidades espirituais como ao bem-estar temporal dos adeptos.

Nos Estados ocidentais, cristãos, a imortalidade da alma, a vida eterna são atitudes místicas para o cidadão, ditadas pelo livre arbítrio. Nos países árabes, a imortalidade da alma é um *preceito legal*, e o direito deve proporcionar os meios para que o crente atinja em boas condições essa imortalidade.

Por outro lado, o *direito* deve proporcionar os meios para o bem-estar dos muçulmanos, bem como regular as punições para os limites da liberdade individual. Como o *direito* e paralelamente a *moral* são emanados prevalentemente do *divino*, é quase juri-

dicamente impossível sabermos onde termina o *direito* e começa a *moral*, e vice-versa.

Acrescentando-se a isso as inúmeras e significativas divergências de interpretação do Corão, chegamos à conclusão de que a lei, segundo a teoria muçulmana, depende mais da consciência do indivíduo do que do poder do Estado, que assume desse modo contornos político-administrativos especiais.

4. O Estado

Em geral, qualquer instituição, em sua organização final, traz marcas de sua origem, de seu desenvolvimento através dos tempos, e de certos episódios especiais que moldaram a sua estrutura.

Nenhuma outra organização assume em toda a sua plenitude essa verdade como o Estado árabe atual.

A primeira unidade político-administrativa do mundo árabe, se é que assim merece essa denominação, foi a Arábia que Maomé deixou quando morreu em 632 depois de Cristo.

De caráter absolutista, teocrático, o profeta conseguiu transformar em nação, embora incipiente, um povo semi-bárbaro, tribal (não afeito a nenhuma autoridade central), faminto, dominado por um animismo natural, espalhado por uma península de calor insuportável, de terras desoladas, que ensejavam em seus habitantes um ânimo precário.

Maomé realizou uma tarefa gigantesca, um trabalho magistral, com brilho, inteligência e coragem. Combateu muito, sofrendo derrotas freqüentes, mas utilizou a comunicação (revelações) com perspicácia, sob a bandeira da religião, único meio de aglutinação possível naquelas condições. Sua pregação foi favorecida pelo fato de ele próprio, Maomé, ser profundamente religioso e um fiel crente de Alá.

Mas não designou sucessor, nem deixou varão descendente, o que implicaria grave problema, pois foi sob o signo da hereditari-

idade, então reinante, que se consolidou o Estado árabe.

Com a morte de Maomé, apesar da liderança e fidelidade da fé de seus sucessores familiares, a nova nação ter-se-ia esfacelado em lutas internas e dissensões religiosas se não fosse a efetivação de um fator de dimensões históricas, não somente para o mundo muçulmano, mas para todo o mundo até então conhecido: a expansão territorial árabe. Essa expansão trouxe a formação do Império Árabe, cujas origens já vimos e cujo desenvolvimento passou pelas invasões dos mongóis, pelas Cruzadas, pelos chamados séculos de colonização europeia e por duas Grandes Guerras.

Há uma extensa literatura sobre a civilização dos países islâmicos e a sua história, o que nos autoriza a tratarmos logo do Estado árabe atual.

Podemos garantir que, comparado com outros, o Estado árabe não se transformou significativamente com a história, guardando um tradicionalismo incontestado, e suas características são fruto dos traços marcantes de suas origens e da surpreendente expansão de seu credo. Entre elas, podemos citar:

1) o caráter centralizador, teocrático e hereditário de seus governantes, sejam eles "chiitas" ou "sunitas";

2) o poder é sempre compartilhado pelo elemento religioso, até mesmo nas formais democracias de inspiração ocidental;

3) em face de significativas divergências de interpretação de textos corânicos, da luta pelo poder das facções dissidentes, há graves conflitos entre os Estados árabes e, na questão sucessória, até mesmo entre os membros de uma dinastia familiar;

4) a ordenação jurídica do Estado árabe é *sui generis* pela prevalência do direito divino. Desse modo, o cidadão, ou melhor, o crente tem um diáfano horizonte de suas prerrogativas com relação ao Paraíso, pois depende muito da interpretação do Corão. Veja-se o que pode suceder com indivíduos ou grupos de indivíduos extremados, se o

trecho seguinte (do Corão) for interpretado radicalmente: “Certamente Deus não muda a sorte de um povo até que o mesmo não mude sua própria condição”. Felizmente esses grupos são minoria, pois a grande maioria islâmica sabe muito bem que o trecho objetiva o bem-estar espiritual e material, mas pela força moral, único fundamento da civilização;

5) a moral é rígida e remonta, de fato, a procedimentos antiquados, mas, confessemos, em alguns aspectos mais pura que a nossa, dos ocidentais; e

6) como na maioria dos Estados árabes há um tipo de economia elitista, a do petróleo, os manipuladores desse valioso produto (embora estatal) confundem-se com os elementos da dinastia dominante, que, ligados a poderosos grupos internacionais, possuem grandes fortunas. Empregam esse dinheiro em negócios rendosos, como hotéis de alto luxo, comuns em todo o Oriente. Há uma distância muito grande (maior que no Ocidente) entre governantes e governados, mas somente quanto às formalidades sociais. Na verdade, os governantes, em geral, procuram dar o máximo de assistência às aquelas populações desfavorecidas, não sabemos se por amor a Alá, ou por temor de seus crentes.

5. Conclusão

Procuramos ser sintéticos, evitando dissertações monótonas e facilmente encontradas nas inúmeras publicações sobre o assunto.

Abordamos as origens do Islamismo e do Estado Árabe, bem como procuramos traçar um perfil do atual Estado, focalizando algumas marcas de sua cultura jurídica. Não poderíamos, contudo, na atual conjuntura, deixar de aplicar essas modestas observações aos graves acontecimentos que se desenrolam, para interesse dos prezados leitores.

Em face do exposto, já podemos agora compreender facilmente por que representantes ocidentais, quando vão ao Oriente

Médio intermediar tensões entre Estados, levam uma maleta com argumentos consagrados como: democracia, cidadania, direitos humanos e outros desse porte, e voltam com esses mesmos valores na maleta e “as mãos vazias”, isto é, sem a obtenção de resultados positivos.

Não é que esses valores não existam nos países daquela região. Existem, sim, mas com outra dimensão, apreciados sob outra ótica e atendendo a outras prioridades. Não podemos medi-los com o nosso metro. Com a globalização, o radicalismo islâmico está sendo beneficiado de vários modos, pois seus adeptos têm mais oportunidades para ações extremadas, em face da maior facilidade de transporte, comunicações e de aquisição de tecnologias. Além disso, pelas imagens de pobreza e desigualdade social de outros países do mundo, como os da América Latina, estão recebendo uma injeção de populismo, bem aproveitada para granjear a simpatia das populações do Terceiro Mundo.

Por outro lado, o fundamentalismo islâmico também está sendo abalado em certos países, com as mulheres mais liberais e na busca da igualdade social.

No momento histórico atual, os radicais islâmicos vêm aproveitando muito bem as facilidades da globalização, já citadas.

Não temos dúvida, porém, de que as democracias autênticas, em bloco, na presente conjuntura, ou em outra decorrente da atual, sempre levarão vantagem contra quaisquer grupos ou governos que as confrontem, tal a superioridade tecnológica que possuem, embora ao preço de enormes sacrifícios.

O nosso receio é que, graças a essa mesma tecnologia e a alguns notórios avanços científicos, que podem confundir a consciência cristã tradicional, haja uma implosão social em país do bloco ocidental, como decorrência da crescente e alarmante deterioração dos costumes.

Isso é possível, a médio ou longo prazo, para qualquer país do lado de cá, desenvol-

vido ou não, pois será devido, em grande parte, à globalização de programas corrosivos, violentando os mais elementares princípios morais do indivíduo, da família, da sociedade e da civilização como um todo. A outra razão, e talvez a mais influente, é a falta de convicção religiosa dos responsáveis pela comunicação, nos mais variados canais da informação.

Contra o terrorismo biológico, ou químico, ou mesmo nuclear, as democracias autênticas, agindo em conjunto, possuem arsenal científico eficaz para neutralizar os efeitos nocivos do agente externo provocador, apesar dos fatais reveses iniciais.

Mas, se o agente microbiano for endógeno, gerado e desenvolvido internamente, e o tecido social tiver perdido a imunidade pela ausência dos imprescindíveis valores transcendentes, a infecção estará disseminada por todo o organismo nacional.

E o choque séptico será irreversível.

Contudo, nem tudo tem perspectiva tão sombria. Temos a esperança de que o Deus do Universo, que é o mesmo dos judeus, dos cristãos e dos muçulmanos, bem como de outras religiões minoritárias, e que “escreve certo por linhas tortas”, como diz a sabedoria popular, tenha permitido a ocorrência dos trágicos acontecimentos a que assistimos recentemente (cuja crueldade faria inveja a Gengis Khã) para que a humanidade faça, enquanto é tempo, uma reciclagem es-

piritual, sem a qual não será possível a obtenção da força moral necessária para a salvaguarda da civilização.

Notas

¹...*desordenada*, o que não é uma “prerrogativa” somente da doutrina islâmica.

²Sempre aparecem divergências nos textos básicos de várias seitas religiosas. Contudo, algumas são aparentes, outras nem existem; são fruto de uma inadequada interpretação de quem lê.

³Por isso, alguns autores “julgam” equivocadamente os sunitas como fundamentalistas e os chiitas como um tipo de partido político. A diferença, porém, dá-se quanto ao direito à sucessão, ao “parentesco” com a genealogia de Maomé. Houve e há outras cisões no Islã, como, por exemplo, os Ismaelitas, chamados “imames”, isto é, “enviados”. Os Ismaelitas, chamados também “septimanianos”, só aceitam a sucessão até o sétimo “imam”, que significa “califa” ou “chefe da comunidade dos crentes”. Os sunitas e os chiitas aceitam doze “imames”, mas os últimos dão ao “imam” um grande valor espiritual, pois o consideram da linha sucessória do profeta, ao contrário dos sunitas. As duas correntes são fundamentalistas. A grande diferença é na linha sucessória.

⁴O termo “cultura limitada” deve ser entendido mais no sentido tecnológico, de desenvolvimento material ou utilitário. Quanto ao lado humanístico, a cultura oriental, e particularmente a dos árabes, possui traços marcantes na filosofia, na música e nas artes que a projetaram no cenário mundial. A apreciação de uma cultura como um todo, por parte de um observador de um lado do Globo em relação ao outro, é sempre imperfeita, tal a diversidade de valores que influem na avaliação.